

XXIX ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS

Caxambu-MG, 25 a 29 de Outubro de 2005

**As estruturas sociais e a economia –
há uma convergência
entre abordagens sociológicas e econômicas recentes ?**

Arilson Favareto*

Paper apresentado no GT - Sociologia Econômica,
coordenado pelos professores
Cécile Raud-Mattedi, Ricardo Abramovay e Roberto Grun

* Sociólogo, Mestre em Sociologia (Unicamp) e Doutorando em Ciência Ambiental (USP), bolsista da Capes. *E-mail*: arilson@uol.com.br.

RESUMO

Nos últimos anos tem havido, nas ciências econômicas, um movimento ascendente de teorias que buscam romper, ou ao menos se distanciar, dos pressupostos da escola neoclássica, uma tentativa cujos nomes de maior expressão são Amartya Sen e Douglass North. De outro lado, a sociologia econômica também experimenta um período de retomada, tanto em solo americano como europeu, cuja principal marca é a reivindicação do fenômeno econômico como objeto direto de análise, em contraste com o período imediatamente anterior, em que a abordagem se restringia a certos determinantes ou às suas conseqüências sociais. O artigo analisa os significados deste tratamento recente do fenômeno econômico nas duas tradições disciplinares através da obra de quatro autores exemplares: Sen e North, na economia, e Mark Granovetter e Pierre Bourdieu na sociologia. A questão que serve de fio condutor é interrogar como as concepções de homem e de história se fazem presentes em cada uma destas teorias e que fraturas e articulações elas revelam no diálogo potencial entre as abordagens sociológica e econômica.

Palavras-chave: Economia, sociologia, sociologia econômica, epistemologia

Introdução¹

A frase que serve de epígrafe ao livro de Pierre Bourdieu, *Les structures sociales de l'économie* é uma excelente síntese dos termos em que se opuseram as tradições disciplinares da ciência econômica e da sociologia ao longo do último século: segundo a frase de Russell, “enquanto a economia mostra como os homens fazem suas escolhas, a sociologia mostra como eles na verdade não têm nenhuma escolha a fazer”. No caso do sociólogo francês, esta constatação vem amparada em uma sólida crítica social e epistemológica que atinge os cânones do pensamento econômico. Mas nem sempre é assim. Talvez não seja exagero dizer que boa parte dos discursos sobre as diferenças e incompatibilidades entre estas duas disciplinas se apóiam em uma incompreensão sobre dois aspectos fundamentais que teriam que ser considerados num debate desta natureza: as bases filosóficas dos dois ramos científicos, ou ao menos de algumas das principais tradições deles representativas, e o tipo de pergunta que origina os diversos programas de pesquisa que coexistem no interior de cada um deles. O método ou o estilo sabidamente distintos, aspectos tantas vezes invocados para justificar as oposições, nada mais são que decorrência destes dois elementos, e o que importa é saber, afinal, se eles são conflitantes e excludentes a ponto de interditar as pontes e possibilidades de diálogo e complementaridade ou se, ao contrário, é possível estabelecer pontos de contato profícuos mesmo respeitando os traços marcantes das duas especializações disciplinares. É justamente da reconstituição destes dois fundamentos de edifícios teóricos recentes em economia e em sociologia que este artigo pretende se servir para responder à pergunta que aparece em seu título: apesar da oposição expressa naquela epígrafe, haveria uma convergência nas abordagens recentes destas duas tradições das ciências sociais ?

A resposta a esta questão exige, antes de tudo, um esclarecimento: quais abordagens recentes serão aqui tratadas e por que a escolha justamente por estas ? Nas próximas páginas, como se verá, os principais materiais em torno dos quais serão tecidos as análises e comentários são fornecidos por quatro correntes teóricas de destaque, duas em economia e duas em

¹ Este artigo é fruto de reflexões teóricas do autor tecidas por ocasião da elaboração da tese de doutorado, em fase de conclusão, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP, sob orientação do Prof. José Eli da Veiga. Para tanto, foram muito valiosas a participação no grupo de estudos em sociologia econômica, coordenado pelo Prof. Ricardo Abramovay na mesma universidade, e a oportunidade de acompanhar os seminários de sociologia da ciência e de sociologia econômica no outono e inverno europeu de 2003, durante estágio de estudos na *École des*

sociologia. No caso das ciências econômicas são tomadas privilegiadamente as obras de Amartya Sen e de Douglass North. E no caso da sociologia, as contribuições de Pierre Bourdieu e de Mark Granovetter. O principal critério que presidiu a opção por estes autores e suas respectivas teorias foi certamente o alto grau de influência que cada um deles exerce sobre programas de pesquisa nos tempos atuais: Sen e North foram ganhadores do “prêmio Nobel” de economia², Bourdieu é tido como o mais influente sociólogo desta virada de século, e Granovetter é sem dúvida o principal nome da chamada Nova Sociologia Econômica. Junto disso foi considerada também a idade dos principais trabalhos representativos de cada uma destas vertentes: em todos os casos os textos mais marcantes datam do último quarto de século. E, por fim, a própria pretensão anunciada por cada um destes autores em seus respectivos programas de pesquisa: formular uma teoria distinta da economia neoclássica na explicação da performance econômica, no caso de North; fundar uma nova tradição baseada na disputa pelos objetos privilegiados da economia, no caso de Granovetter; edificar uma teoria social capaz de expressar uma espécie de síntese das principais correntes clássicas da sociologia, em Bourdieu³.

A hipótese que orienta a exposição é que os impedimentos às convergências devem-se muito mais a aspectos sociológicos que epistemológicos, em que pese o reconhecimento das diferenças conceituais, teóricas e metodológicas que, não obstante, serão aqui apresentadas e analisadas. Pelo menos desde Merton, passando por Bruno Latour e pelo próprio Bourdieu, sabe-se que o desenvolvimento das idéias científicas não é somente resultado do longo acúmulo (e dos saltos) derivado do aprendizado gerado com a pesquisa, mas é também condicionado pelas disputas e injunções que marcam o campo acadêmico, assim como qualquer outra esfera do mundo social. A plena aferição de uma hipótese com estes contornos, contudo, demandaria uma sociologia fina das idéias científicas⁴, o que infelizmente foge às possibilidades deste artigo. O que se oferece aqui é uma primeira aproximação, destinada a mostrar as bases, os fundamentos

Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Mesmo agradecendo a todos as pessoas que fizeram parte destes ambientes coletivos, o autor é, naturalmente, o único responsável pelo conteúdo aqui expresso.

² A rigor não existe prêmio Nobel de economia. O prêmio que é assim chamado não é concedido pela Fundação Nobel. Ele foi instituído pelo Banco real da Suécia na comemoração de seu aniversário, como um prêmio aos economistas, em homenagem a Alfred Nobel. E, como se sabe, acabou assumindo o mesmo peso simbólico do prêmio original (Lebaron, 2000: 246).

³ Obviamente o rico painel de teorias sociológicas e econômicas contemporâneas está longe de se esgotar nestas quatro vertentes. Para um apanhado mais completo, ver entre outros Smelser & Swedberg (1994), Swedberg (2003), Zafirovsky (1999), Lévesque et al. (2001). No Brasil um número recente da Revista Tempo Social, especialmente dedicado à sociologia econômica, traz dois balanços teóricos muito ricos e uma interessante coletânea de artigos.

⁴ Como o fez, por exemplo, Lebaron (2000) para o caso dos economistas franceses.

destes desenvolvimentos recentes para deles extrair as diferenças, os aspectos em comum, os pontos de diálogo e um primeiro apontamento dos caminhos e obstáculos para que eles se estabeleçam. Isto é, diante da impossibilidade de reconstituir e provar cabalmente os constrangimentos sociais que influenciam a evolução das idéias científicas, pretende-se ao menos iluminar o outro lado da moeda, mostrando como, no domínio especificamente epistemológico, as barreiras não são de todo intransponíveis⁵.

Para isto o texto está organizado em duas partes, além desta breve introdução. Na primeira são analisados aspectos relativos às bases ontológicas e epistemológicas das quatro vertentes teóricas indicadas, com o objetivo de não só reconstituir parcialmente os fundamentos de cada uma delas mas sobretudo de confrontar seus contornos procurando tanto os encaixes como as dissonâncias ou mesmo as ausências. O quadro se completa com o desdobramento lógico das constatações da parte anterior, expresso em termos da posição de cada disciplina numa taxonomia das ciências sociais. Na segunda parte são apontados elementos de diálogo e aprofundamento, ilustrados com casos e abordagens que buscam estabelecer tais elos.

1. Ontologia, epistemologia, taxonomia

Embora o foco destas páginas seja as abordagens recentes, é preciso remontar um pouco no tempo para reconstituir algumas das raízes dos pensamentos econômico e sociológico para melhor delinear os fios de continuidade e ruptura trazidos com cada uma das vertentes teóricas destacadas. Os pontos principais neste movimento podem ser adiantados desde já. Eles se traduzem em quatro idéias básicas: a) há bases filosóficas comuns nos alicerces das trajetórias tão distintas experimentadas pela ciência econômica e pela sociologia; b) toda a diferenciação ocorrida entre estas duas trajetórias baseou-se na operação promovida por uma destas tradições disciplinares que consistiu em abstrair, de maneira mais ou menos consciente, uma determinada modalidade de ação social de todo o conjunto mais amplo de práticas sociais do qual ela, no entanto, jamais se separou por completo; c) os desenvolvimentos ulteriores a esta separação deram origem a concepções de homem, a maneiras de conceber a relação entre a ação destes

⁵ A tônica desta hipótese destoa da abordagem mais comum do problema. Em Granovetter por exemplo, a crítica à ciência econômica se concentra nos aspectos filosóficos e epistemológicos. O mesmo acontece em Amable & Palombarini (2005) e em Bourdieu (2000), embora nestes últimos haja toda uma consideração em torno da

indivíduos e as estruturas sociais, e a tratamentos do tema da mudança social completamente diferentes em ambas as tradições que viriam a se estabelecer; d) algumas abordagens recentes, apesar da retórica em contrário, longe de aprofundarem estas diferenciações têm, na verdade, fornecido os elementos que permitem uma reaproximação no sentido de uma ciência social unificada. É isto que se pretende demonstrar a seguir.

Como mostra Levine (1995/1997), a constituição das modernas ciências sociais amparou-se em bases filosóficas as quais, no limite, trazem em si um paradoxo: elas engendram, a um só tempo, uma lógica de compreensão da ação social que é tributária tanto do individualismo como do igualitarismo. O paradoxo se traduz na idéia de que, um mundo que tem por unidade básica indivíduos autônomos, iguais entre si, pode, a partir de suas interações, provocar situações de desigualdade. No empirismo britânico que informa a constituição das obras clássicas da economia, a solução deste paradoxo surge com a visão de que estas desigualdades são fruto da má intervenção da política distorcendo as condições da interação entre os indivíduos, átomos da vida social, que serão portanto mais convergentes e equilibradas se deixadas entregues à sua própria dinâmica no mercado, entendido como espaço de encontro entre compradores e vendedores. Na tradição marxista, que embora também beba nas águas do empirismo britânico o mescla com influências da filosofia hegeliana e do contratualismo igualitarista francês, o encaminhamento dado àquela contradição consistiu em, numa completa oposição ao pensamento liberal, enxergar na esfera das trocas o aspecto que responde pela assimetria entre indivíduos originariamente iguais. Se nos mercados o fetichismo da mercadoria faz com que as relações sociais apareçam encobertas em objetos coisificados, isso não esconde o fato de que, em essência, o mercado não é espaço de interação livre de condicionantes, mas sim expressão de posições desiguais na posse de meios de produção e, pois, dos mecanismos necessários à autonomia na condução da vida. Cada qual à sua maneira, estas duas formas de conceber indivíduos e igualdade influenciaram toda a trajetória posterior da economia e da sociologia: em um caso, a economia vai ser entendida como esfera que progressivamente se autonomiza em relação a outros domínios do mundo social, em outro, a economia é vista como estruturas sociais.

Basicamente toda a diferenciação ocorrida entre estas duas trajetórias baseou-se na operação promovida pela primeira destas tradições disciplinares em abstrair, conscientemente, uma

homologia estrutural existente entre o lugar da ciência econômica no panteão das disciplinas contemporâneas e o lugar ocupado pelo campo econômico no mundo social de hoje.

determinada modalidade de ação social de todo o conjunto mais amplo de práticas sociais do qual ela, no entanto, jamais se separou por completo. É esta idéia de atomização de indivíduos iguais – o *homo aequalis*, nos termos de Dumont (2000) – e a atribuição de uma regra de comportamento básica e comum a estes agentes – o comportamento maximizador – o que permitiu que a economia se tornasse passível de ser um objeto passível de conhecimento positivo. Daí sua base eminentemente normativa. Compreender nestes termos a constituição do individualismo metodológico significa esvaziar o argumento de que a ciência econômica possa ser reduzida a mera justificativa ideológica para as desigualdades. Assim como, da mesma forma, não é de toda verdade que ela nega a pertinência das estruturas sociais, mesmo no caso dos fundadores da economia neoclássica e sua concepção de *homo oeconomicus*. Ela apenas aplica a estas dimensões fundamentais do mundo um procedimento do tipo *ceteris paribus*. Por isso não é de estranhar que tenha sido Jevons – que ao lado de Menger e Walras forma a trinca desta escola – quem, ironicamente, usa pela primeira vez o termo sociologia econômica.

Os desenvolvimentos ulteriores a esta separação deram base a concepções de homem, a maneiras de conceber a relação entre a ação destes indivíduos e as estruturas sociais, e a tratamentos do tema da mudança social significativamente diferentes em ambas as tradições. Nos clássicos estas relações entre ação e estrutura aparecem em autores como Tocqueville, Marx, Weber, Simmel, Durkheim, Pareto, Veblen de uma maneira que torna difícil nominar o domínio a que cada um deles pertence. Veblen é um economista mas sua idéia de instituições está muito próxima do pensamento de Weber que do institucionalismo dos dias atuais. O sociólogo alemão, aliás, inicialmente se autodenominando economista passa a preferir a categoria de sociólogo e usa em seus últimos escritos a denominação socioeconomia para circunscrever a área de abrangência de seu pensamento, que abarca justamente as articulações entre estes dois enfoques. Sem falar na dificuldade para enquadrar o próprio Marx, graças às suas contribuições à filosofia, à história, à sociologia e à economia. Progressivamente, à medida que vai avançando o processo de institucionalização das disciplinas, vai se formando uma divisão científica do trabalho mais nítida, como em Parsons, ou Schumpeter, para quem as relações entre a economia e sociologia exigiam um tratamento indisciplinar que, naquele momento perdia terreno para as especializações concorrentes. E é em Polanyi que a separação do mercado atinge as feições mais extremas, passando a ser concebido como esfera autônoma, com tudo o que isso implica para o esgarçamento dos laços de coesão social.

Os quadros 1 e 2, sistematizados por Milan Zafirovsky (1999), mostram que até este momento, até o meio do século passado, as interpenetrações entre estruturas sociais e economia são, no mínimo, tão marcantes quanto o distanciamento que progressivamente vai se expressar nos programas de pesquisa de inspiração neoclássica⁶. Claro que, como destacam Amable & Palombarini (2005: 246), uma coisa são os pressupostos presentes em trabalhos fundadores e tornados clássicos, outra bem diferente são os desenvolvimentos de programas de pesquisas que neles se inspiraram. Neste caso, e segundo os autores, mesmo em programas de inspiração keynesiana, também vai haver um privilégio progressivo à análise da economia como sistema social separado; isto apesar da inscrição no programa fundador desta escola de que mesmo os mercados de concorrência pura e perfeita derivam de uma materialização do espaço social, de uma construção a partir de relações de poder. O lugar de menor destaque conferido às correntes ditas heterodoxas e o privilégio de autores e procedimentos de pesquisa compatíveis com o paradigma neoclássico vão obscurecer, mas não solapar, as aberturas existentes nos sistemas teóricos daqueles que preferiram fugir à idéia da ciência engenheira de que falaria Amartya Sen.

O questionamento a esta dissociação da esfera econômica ante os outros domínios da vida social está no cerne da chamada Nova Sociologia Econômica, que tem como um marco inegável o conhecido artigo de Mark Granovetter (1985) sobre o problema do *embeddedness*. As condições deste renascimento da sociologia econômica estão relacionadas ao contexto de crise econômica e política dos anos setenta, que aparece sob a forma de um abalo do papel até então desempenhado pelo Estado, junto do enfraquecimento do poder de persuasão de corpos teóricos de grande influência como o marxismo e o keynesianismo (Levésque et al, 2001). Este contexto trouxe consigo tanto uma valorização da tradição mais antiga da sociologia econômica como a constituição de novas e promissoras linhas de pesquisa, como a análise das condições sociais de produção dos economistas (Lebaron, 2000), os efeitos de real do conhecimento econômico (Callon, 1998), história do pensamento social e econômico (Smelser & Swedberg, 1994), a construção social dos mercados (Fligstein, 2001; Garcia-Parpet, 1986), redes (Granovetter)⁷.

⁶ Ver a respeito também os trabalhos de Swedberg (2003) e Abramovay (2004).

⁷ Esta relação está, obviamente, longe de estar completa. Os limites deste artigo não permitem uma menção mais circunstanciada a obras de importantes autores como Viviana Zelizer, Harrison White, Alain Caillé, Philippe Steiner, para restringir a apenas umas poucas menções.

Quadro 1
Origens e desenvolvimento da sociologia econômica clássica

Período	Autor	Tratamento
1770s	Smith	Part of political economy dealing with the social structure on the economy
1840s	Comte	Overarching science that includes economics
1850s	Mill	“Social economy” of which “political economy” is part
1870s	Jevons	Subdiscipline of economic science
1880s	Wicksteed	Model for economics seen as a “maiden” of it
1890s	Durkheim	Sociological discipline par excellence par of social morphology
1900s	Weber	Component of “social-economics” or of sociology
1900s	Pareto	Supplement (but not substitute) to economics
1900s	Menger, Weiser	Analysis of the social relations of the economy
1930s	Schumpeter	“No man’s land” between economics and sociology: interdisciplinary study
1930s	Mises, Hayek	Overarching discipline (“praxeology”) including economics
1930s	Myrdal	Socio-psychological bridge between economics and sociology

Fonte: Zafirovsky (1999: 594)

Quadro 2
Fenômenos analisados pela “velha” sociologia econômica

Fenômeno	Teóricos
Production and distribution	Marx, Schumpeter, Sorokin, Weber
Technology and innovation	Marx, Ogburn, Schumpeter, Tarde, Veblen
Markets, exchange and money	Marx, Mauss, Polanyi, Sombart, Spencer, Simmel, Weber
Economics organizations	Marx, Weber
Entrepreneurship and management	Schumpeter, Veblen, Weber
Economic system, equilibrium and welfare	Pareto, Parsons, Schumpeter
Economic rationality and calculation	Marx, Pareto, Simmel, Tonnies, Weber
Comparative socioeconomic systems	Comte, Durkheim, Marx, Pareto, Sombart, Sorokin, Tonnies, Weber
Dual economy (rural-urban)	Marx, Mumford, Spencer, Sorokin
The division of labor (differentiation)	Durkheim, Marx, Mauss
Economic structure (economic statics)	Comte, Marx, Durkheim, Pareto
Economic development (dynamics)	Comte, Marx, Merton, Parsons, Sombart, Spencer, Weber
Economic mobility	Schumpeter, Sorokin, Tocqueville
Economic institutions	Durkheim, Parsons, Veblen
Economic value and prices	Durkheim, Marx, Simmel, Tonnies, Weber
Business cycles or economic fluctuations	Durkheim, Marx, Pareto, Schumpeter, Sombart, Sorokin
Consumption and leisure	Marx, Simmel, Sombart, Sorokin, Veblen

Fonte: Zafirovsky (1999: 604)

O termo nova sociologia econômica foi cunhado por Granovetter em uma conferência na *American Sociological Association* em 1985. Seu objetivo era marcar uma diferença em relação à sociologia econômica predominante até os anos sessenta, onde o tratamento dos fenômenos econômicos ficava restrito à análise de suas conseqüências ou a aspectos de suas bases sociais. Agora, tratava-se de ter por foco a análise sociológica de objetos privilegiados pela economia,

como os mercados, as firmas, o dinheiro. (Swedberg, 2003: 23). Para isso, Granovetter formula uma *theory of embeddedness*. Mesmo sem oferecer uma definição explícita de *embeddedness*, atesta que ações econômicas são enraizadas em sistemas concretos de relações sociais. E neste enraizamento, a idéia de redes é central, porque elas penetram irregularmente em diferentes graus e diferentes setores da vida econômica, moldando com isso os contornos e as possibilidades da ação social dos indivíduos.

Três críticas têm sido endereçadas a esta sociologia das redes (Zelizer, 1994; Bourdieu, 2000). Primeiro, que haveria na verdade vários graus de enraizamento das relações sociais e, em particular, das relações econômicas, e isto seria o principal elemento explicativo na análise destes fenômenos. Segundo, que a idéia de enraizamento nas estruturas sociais traria consigo um menosprezo de outros condicionantes como a cultura, a política, ou mesmo os condicionantes macro. A terceira crítica é o apontamento da ausência de uma verdadeira teoria social capaz de dar sustentação à descrição do funcionamento e da lógica das redes. Na ausência disto, a sociologia de Granovetter ficaria restrita a uma espécie de sociografia, ou microeconomia das relações sociais, sem conseguir incorporar efetivamente no modelo as maneiras pelas quais as estruturas sociais determinam a morfologia das redes.

Contra a primeira destas questões o autor argumenta que analisar a variação de graus de enraizamento é menos profícuo do que tomar o conceito de *embeddedness* como guarda-chuva, a partir do qual se pode estabelecer diferentes abordagens tendo por preocupação entender como as redes afetam a condução da economia ou o comportamento econômico. Já sobre a crítica quanto ao estatuto teórico da sociologia das redes, Granovetter reconhece a necessidade de uma teoria social que dê suporte à sociologia econômica. Mesmo refutando as afirmações de que a abordagem das redes separa teoria e método, não chega a esboçar uma teoria, apenas chama a atenção para a necessidade de conectar o funcionamento de mecanismos de redes às questões chave de sociologia estrutural.

Na opinião de Richard Swedberg, que é talvez o principal animador da sociologia econômica contemporânea, Pierre Bourdieu é, dentre os pensadores contemporâneos, quem conseguiu oferecer uma alternativa teórica consistente. Reatando fios rompidos desde os clássicos do pensamento sociológico, Bourdieu conseguiu erigir um edifício teórico onde, mesmo tendo o agente da ação social como centro da análise, as estruturas sociais estão totalmente incorporadas em seu modelo explicativo. Isto acontece através das articulações entre os conceitos

de campo, *habitus*, e formas de capital, centrais em seu universo teórico. O conceito de campo, inicialmente, representa um desenvolvimento da idéia de esferas do mundo social em Weber. O argumento principal é que a modernização traz consigo uma crescente autonomização dos campos em que se organiza o mundo social (o campo artístico, o campo religioso, o campo acadêmico), cada qual dotado de regras próprias e cuja estrutura é dada pelas posições ocupadas pelos agentes no interior de seus limites. Isto, por sua vez é determinado pelo volume e posse das diferentes formas de capital existentes e manipuláveis (o capital econômico, o capital cultural, o capital social, o capital simbólico). O conceito de *habitus*, por sua vez, aparece como sistema de disposições socialmente adquiridas pelos agentes e que lhes serve tanto como sistema de classificação do mundo como guia para ação, fechando assim a tríade de conceitos básicos.

Além desta incorporação das estruturas sem anulação do agente, é fundamental destacar que Bourdieu institui uma concepção sociológica de homem que dá um passo adiante em relação ao indivíduo behaviorista, que responde reativamente a incentivos e sanções. No pensamento do sociólogo francês, o homem é um fluxo constante de pulsões de potência e anulação ensejadas como resposta ao desconforto de “estar no mundo” de que fala a psicanálise. A ação dos indivíduos é socialmente situada e condicionada pela história, pela evolução, e uma das tarefas da sociologia é determinar como o mundo social transforma a libido biológica, pulsão indiferenciada, em libido social, específica. Também em Bourdieu o indivíduo é movido pelo interesse, mas não necessariamente o interesse do indivíduo maximizador do utilitarismo. Isto porque há tantas espécies de libido quanto há de campos. O trabalho de socialização da libido é precisamente o que transforma as pulsões em interesses específicos, interesses socialmente constituídos que não existem senão em relação ao espaço social no seio do qual certas coisas são importantes e outras indiferentes (Bourdieu, 1994: 153). Isto é, cada campo engendra a valorização de certos tipos de interesses em detrimento de outros. É inevitável o paralelo com Freud, para quem os homens são sim egoístas, mas este auto-interesse é mediado pela necessidade de, no plano social, restituir a autoridade paterna, criando as instituições que irão controlar e direcionar os impulsos individuais.

A principal crítica que se faz à obra de Bourdieu diz justamente respeito ao lugar do comportamento auto-interessado em seu esquema teórico. Para alguns autores o uso de categorias como investimentos, estratégias, interesse, seriam sinal de uma rendição do sociólogo aos esquemas de pensamento emanados do utilitarismo econômico. Ao que Bourdieu responde

lembrando como em sua obra interesses aparecem no plural, numa concepção que é abertamente conflitante com os cânones da economia neoclássica. Outra crítica, esta já mais delicada, diz respeito à postura teórica da sociologia bourdieusiana, que ataca com veemência os conteúdos normativos da ciência econômica, advogando por uma prática capaz de por a nu os contrangimentos sociais que cercam as práticas dos agentes, o que inclui é claro as ações econômicas. Segundo esta crítica, ao denunciar a arrogância presente no fato de tomar uma concepção de ação e de interesse como universal e traduzi-la num princípio normativo, como o faz o *mainstream* da economia, o sociólogo corre o risco de simplesmente tomar o lugar daquele que profere o discurso normativo, instituindo-se como o portador da verdadeira compreensão do fato social. Sobre isso Bourdieu responde com uma circunscrição do trabalho do sociólogo, algo mais ou menos ao estilo do que fez Weber em sua famosa conferência sobre *A ciência como vocação*: o papel da ciência é desvelar a intransparência do mundo social, e não emitir juízos de valor sobre o real. Isto, acrescenta Bourdieu, será menos ingênuo quando for feito ao preço de uma espécie de eterna vigilância, de uma auto-análise sobre as próprias motivações sociais do pesquisador⁸.

No caso da sociologia, portanto, nota-se que há um enorme campo de complementaridade entre as abordagens recentes, mesmo que seus portadores façam questão de sublinhar as diferenças, como o faz notadamente Bourdieu em relação a Granovetter. Swedberg (2003), vai justamente sublinhar estas pontes ao mostrar a confluência que há entre Weber e sua ênfase em interesses materiais e ideais, Granovetter e sua idéia de ações econômicas dirigidas por uma mistura de interesses econômicos e sociais, e Bourdieu e sua noção de campos, cada qual com seu conjunto próprio de interesses. Este terreno de confluências, ao mesmo tempo que aproxima estes autores, os distancia de outros extremos como Coleman (onde há uma hipertrofia do interesse) e Durkheim (onde há uma atrofia do interesse, subjugado pela idéia de função).

Se assim é nas abordagens recentes em sociologia, cabe perguntar então, quais as respostas ao paradigma neoclássico ensaiadas pela ciência econômica. Conforme foi sublinhado anteriormente, desde os clássicos desta disciplina científica há toda uma tradição de pensar as relações econômicas encarnadas em agentes concretos (Abramovay, 2004). A novidade nos últimos anos é que este tipo de visão passou a ser crescentemente valorizada no campo das

⁸ Estas idéias estão presentes em seu *Esboço de auto-análise* (Bourdieu: 2005), e no brilhante texto *Leçon sur la leçon* (Bourdieu: 1989).

ciências econômicas, embora ainda francamente minoritária. Dois dos maiores expoentes das tentativas de distanciamento ou ruptura com a economia neoclássica são sem dúvida Douglass North e Amartya Sen.

A trajetória do pensamento de Douglass North pode ser sintetizada no movimento que envolve suas três principais obras. Na primeira, *The rise of the western world*, de 1973, North procura compreender a ascensão do mundo ocidental valendo-se para isto das ferramentas do *mainstream* econômico. Na segunda, de 1981, *Structure and change in economic history*, percebe-se já desde a introdução uma crítica a economia neoclássica e uma identificação de seus limites. Na terceira obra, *Institutions, institutional change and economic performance*, de 1990, North vai ainda mais longe e tenta formular a sua teoria, buscando, pois, ultrapassar os limites apontados no livro anterior. A pretensão de North, anunciada numa das passagens em que formula os desafios a serem enfrentados através de sua obra, é, portanto, construir uma ferramenta analítica capaz de teorizar a estrutura das economias e dar conta tanto da estabilidade como da mudança nestas estruturas⁹.

Contudo, é bom advertir desde já, o sucesso nesse intento do autor não é consensual. Ao menos duas leituras de North são possíveis. Uma primeira, como em Abramovay (2001), ressalta os elementos de ruptura, ou no mínimo de tensão, com a economia neoclássica: aqui são destacadas a introdução da história como parte fundamental do método, a incorporação dos atritos e conflitos sociais como dimensões explicativas da performance econômica, a indução como procedimento de análise. Uma segunda, como em Romeiro (2000), dá mais ênfase às permanências: apesar da tentativa de trazer história e conflitos para dentro do modelo, ainda seriam os preços relativos que determinam a mudança. O próprio North contribui para a confusão, à medida que em certos momentos enfatiza a ruptura, enquanto em outros aponta para o potencial destruturador que a negação do *homo economicus* representaria para a ciência econômica¹⁰.

Enquanto o desenvolvimento de longo prazo é a tônica do livro *Structure and change in economic history*, é em *Institutions, institutional change and economic performance* que North formaliza mais seu entendimento de mudança¹¹. Ali ele lança mão do seu conceito de *path*

⁹ Cf. North & Thomas (1973); North (1981; 1990).

¹⁰ O texto de Velasco e Cruz (2002) traz vários trechos de obras e de entrevistas de North onde está ambigüidade está presente.

¹¹ Cf. North (1990).

dependence para explicar como a fonte da mudança incremental é a aprendizagem. A idéia central é que a ‘dependência de caminho’ vem de mecanismos de retornos crescentes que reforçam a direção uma vez adotada, daí as resistências à mudança institucional. As *alterations in the path*, por sua vez, vêm da não antecipação de escolhas, efeitos externos, e mesmo de forças exógenas ao quadro analítico. Esta é a dinâmica que molda a matriz institucional de cada sociedade. Matriz institucional entendida como a rede de constrangimentos informais e regras formais interconectadas que se traduzem em sistemas políticos, econômicos e jurídicos, os quais conformam e estabelecem a estrutura de incentivos que, por sua vez, em North, são o fator determinante a sublinhar na performance econômica.

Embora não seja possível retomar aqui todo o percurso feito por North nestes livros, para se ter uma idéia do quão complexa, vigorosa e polêmica é sua explicação, basta sublinhar aqui apenas alguns dos aspectos em que ela inova a explicação da performance econômica: a) embora enfatize os direitos de propriedade, North desenvolve uma argumentação oposta ao *laissez-faire*, quando destaca o papel fundamental da regulamentação e do estado na organização dos mercados e não o contrário; b) em vez de se imaginar a história da humanidade como sendo um esplendor de crescimento e riqueza somente nos últimos dois séculos, North mostra como houve períodos de crescimento intensivo mesmo nos primórdios da antiguidade, e, mais que isso, que a mudança trazida com a associação entre ciência e processo produtivo é resultado incremental desta longa evolução; c) dadas as características desta segunda revolução econômica, nada leva a crer que a humanidade estaria vivendo um final dos tempos inaugurados por ela, e sim o contrário: em termos de mudança de longo prazo, os dias atuais – melhor dizendo, os séculos atuais - seriam apenas uma espécie de primeiros tempos de um novo e longo período; d) especificamente sobre mudança, sua fonte pode ser exógena como, por exemplo, pela via política, mas ela terá sempre que tocar na estrutura de incentivos e constrangimentos diminuindo custos de transação e favorecendo o crescimento e a convergência das taxas privadas e sociais de retorno.

Do lado das críticas, a principal já foi adiantada parágrafos atrás, e reside na identificação de uma ruptura apenas parcial de seu pensamento em relação à economia neoclássica, na qual ele tem origem (North, 1990). Mas há, ainda, duas outras críticas que lhe poderiam ser endereçadas. A primeira delas está no fato de que, no limite, a explicação que sua teoria fornece também é tautológica: embora ela descreva com consistência como ocorreram as mudanças nas duas revoluções econômicas, o argumento para o porquê delas terem ocorrido quando e onde

aconteceram é frágil: elas teriam ocorrido ali, porque ali estavam reunidas aquelas determinadas condições. Sobre isto, em defesa de North se poderia argumentar que o problema, na verdade, é inerente à inovação que seu pensamento propõe: em vez de um modelo dedutivo aplicável a qualquer realidade, é preciso recorrer aos mecanismos da indução para poder compreender a singularidade dos fenômenos em questão e estruturar esta compreensão na identificação de instâncias empíricas fundamentais e numa equação coerente para seu entendimento. A outra crítica diz respeito ao lugar da ideologia em sua teoria. População, tecnologia e ideologia e sua tradução em instituições políticas e econômicas são instâncias fundamentais do modelo proposto. Contudo, sempre que a ideologia (e os conflitos que ela envolve) aparece na explicação de North, tem-se a impressão de um tratamento menos incorporado à equação do modelo do que as outras duas instâncias. Isto é, ideologia servirá para explicar aquilo que aparece como quase imponderável nas suas análises¹². Um dos problemas que talvez explique este impasse está na concepção de homem que North preserva da economia neoclássica, compatível com o individualismo metodológico. Ideologia e conflitos aparecerão sempre no registro dos incentivos e constrangimentos à maximização dos ganhos individuais. Aqui, o diálogo do autor não será com as teorias sociológicas do conflito e das ideologias, mas com as teorias psicológicas. Algo que se explica pela tradição das ciências econômicas americanas, mais próximas do cognitivismo e distantes das estruturas sociais.

Este último aspecto não é mero detalhe, porque a concepção de homem da ciência econômica a aproxima da psicologia behaviorista ao mesmo tempo e proporção que a distancia da sociologia. Isto faz com que se crie uma dificuldade em incorporar efetivamente as estruturas sociais no modelo e, também, um problema para ampliar a explicação econômica para além da esfera das trocas, incorporando o universo dos bens naturais.

No caso de Amartya Sen, a crítica que ele endereça às correntes dominantes da economia é mais forte. E mesmo assim é muito difícil, no entanto, delimitar com clareza o distanciamento que o economista indiano consegue estabelecer. Isto porque a unidade básica de sua teoria continua sendo o indivíduo – em um de seus livros mais conhecidos, por exemplo, o desenvolvimento é definido como o processo de expansão das liberdades de que as pessoas dispõem. E além disso, parte de seu programa de pesquisa se estabelece a partir de categorias

¹² Uma crítica que atinge também este aspecto, mas elaborada em uma direção um pouco diferente pode ser encontrada em Velasco Cruz (2002). Para Abramovay (2005), a relação entre ideologias e estrutura social vai ser feita por intermédio da psicologia, como estruturas mentais partilhadas, para usar a expressão de North.

fundamentais do pensamento neoclássico (Saint-Upéry, 1999). Ao mesmo tempo, seria um erro dizer que as estruturas sociais e instituições não estão presentes. Em vários momentos de sua obra Sen mostra como ser pobre em sociedades tradicionais ou nos Estados Unidos pode fazer muita diferença; ou como a distribuição desigual das oportunidades representa um impedimento para o pleno desenvolvimento da humanidade.

O significado maior da obra de Sen, juntamente com a construção de uma outra maneira de se pensar o desenvolvimento, é a profunda contestação que ele produz acerca da mais cara tese do *mainstream* da economia, segundo a qual os indivíduos agem sempre motivados pelo auto-interesse. Para ele, não há evidências de que o auto-interesse é, exclusivamente, o que rege o comportamento. E, de outro lado, há fortes evidências de que “as deliberações éticas não podem ser totalmente irrelevantes para o comportamento humano real”. Sentimentos como a solidariedade não podem ser desprezados em análises econômicas, sob pena de incompreensão do conjunto e da complexidade dos estímulos que regem o comportamento humano. Assim, sua obra *Sobre ética e economia* (Sen, 1992) vai tratar da ruptura epistemológica entre os dois domínios expressos no título – ética e economia –, para isso remontando a uma releitura dos clássicos, desde Aristóteles para quem “a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa”, até Smith e suas explicações sobre motivações e mercados. Desta retomada, Sen avança para o questionamento do conceito de eficiência, conhecido por “ótimo de Pareto”: um estado ótimo no qual não se pode melhorar a vida de ninguém sem que se piore a vida de outro. Sen (1992) retruca afirmando que “identificar vantagem com utilidade nada tem de óbvio (...). Não é verdade que qualquer movimento que se desvie de um estado ótimo de Pareto para outro não-ótimo deva reduzir a utilidade agregada”. Ou seja, seria possível que um indivíduo motivado por razões éticas abrisse mão de uma vantagem pessoal para que outro progredisse sem, com isso, ameaçar a eficiência econômica. E ele faria isso ao perceber que seria melhor para o conjunto da sociedade. O corolário é que, se a sociedade ganha, ele ganha também.

É, porém, em *Inequality reexamined* que o programa de Sen está melhor formulado. Ali ele retoma sistematicamente reflexões de outras obras anteriores suas, como o ensaio *Desigualdade econômica*, de 1973, e desenvolve quatro afirmações que o distanciam tanto dos que reduzem desenvolvimento ao crescimento quanto dos que enfatizam a diminuição da pobreza como o objetivo das políticas de desenvolvimento: desenvolvimento não se reduz a crescimento; uma das questões fundamentais é desigualdade; desigualdade de quê, se são várias então as

dimensões que contam ?; e, para concluir, a desigualdade de renda, de longe a dimensão privilegiada nas principais correntes, pode não ser a mais importante dentre as diferentes formas de desigualdade. Logo no início do livro Sen define a tese: “A questão-chave para analisar e medir a desigualdade é: igualdade de quê ? (...) Eu mostrarei também que as éticas da organização social que resistiram à prova dos tempos têm, quase todas em comum, querer a igualdade de alguma coisa – este alguma coisa joga um papel fundamental a depender de cada quadro teórico respectivo. Não somente existe ‘igualitaristas de renda’ que querem as mesmas entradas de dinheiro para todos e os ‘igualitaristas do bem-estar’, mas os utilitaristas clássicos preconizando, eles também, que se acorde uma importância igual às ‘utilidades’ de todos, e os libertários puros que preconizam a todos uma classe inteira de direitos e de liberdades. Todos são igualitaristas sobre um ponto crucial: eles propõem resolutamente a igualdade de alguma coisa que todo o mundo deveria ter, e que é absolutamente vital em sua abordagem particular. (...) a questão ‘igualdade de quê’ deve sua importância prática à diversidade de seres humanos: é por causa dela que a exigência de igualdade sobre uma variável tende a entrar em colisão – nos fatos e não somente em teoria – com a vontade de igualdade sobre outra. Pesam características internas (idade, sexo, atitudes gerais, competências particulares) e circunstâncias externas (propriedade de certos bens, origem social)”. E mais adiante completa: “diversidade humana é fato, e a razão fundamental de nosso interesse pela igualdade (...). A idéia de igualdade se reporta a duas diversidades distintas: a heterogeneidade fundamental dos seres humanos, e a multiplicidade de variáveis em função das quais pode-se avaliar a igualdade. Por isso: igualdade de quê ?” (Sen, 1992/2000: 9-12).

Diante desta questão, como Sen constrói seu quadro de análise ? A idéia central é que a expansão das liberdades humanas é a um só tempo o fim e o meio dos processos de desenvolvimento. Essa é a grande definição de desenvolvimento cunhada por Sen e que lhe permite sair do unidimensionalismo e da armadilha representada pela oposição entre meios e fins. Para instrumentalizar analiticamente esta idéia, Sen vai se apoiar numa tríade de conceitos interligados – capacidades, funcionamentos e realizações (*capabilities, functionings, e achievements*) – afirmando: “a abordagem em que eu me apoio se concentra sobre nossa capacidade (conjunto de modos de funcionamento humano que são potencialmente acessíveis a uma pessoa, quer ela os exerça ou não) de realizar os funcionamentos valorizados dos quais é feita a nossa existência e, mais amplamente, sobre nossa liberdade de promover os objetivos que

nós temos razão para valorizar (...). A potência retórica da 'igualdade entre os homens' tem seguidamente tendência a desviar nossa atenção das diferenças. Se suas fórmulas (todos os homens nascem iguais, por exemplo) passam correntemente pelos pilares do igualitarismo, ignorar as distinções entre os indivíduos pode em realidade se revelar muito desigual". A estimação e a medida da desigualdade depende, assim, pesadamente, da escolha da variável (as rendas, a sorte, felicidade, etc), e o que Sen chama de variável focal. A variável focal escolhida pode apresentar uma pluralidade interna. É possível, por exemplo, que ela reúna liberdades de ordens diferentes: elas constituirão juntas o centro do interesse privilegiado. Ou ainda, a variável retida pode associar as liberdades e as realizações (o que uma pessoa realiza, o conjunto dos modos de funcionamento que ela exerce verdadeiramente). Concluindo, com a capacidade que qualquer um dispõe para realizar os funcionamentos que ele tem razões para valorizar, estabelece-se um ponto-de-partida bem geral para abordar o estudo dos modos de organização da sociedade, e esta *démarche* aporta uma maneira particular de conceber a avaliação da igualdade e da desigualdade (Sen, 1992/2000: 22). Os funcionamentos de que trata Sen podem ser os mais elementares – ser bem alimentado, escapar da morbidade evitável e da mortalidade prematura – até certas realizações muito complexas e sutis – ser digno a seus próprios olhos, estar em condições de tomar parte da vida da comunidade. A seleção e estimativa de diferentes funcionamentos permite a avaliação da capacidade de realizar diversos conjuntos de funcionamentos, entre os quais é preciso escolher. A concentração sobre a liberdade de realizar e não somente o nível de realização visa a estabelecer a relação entre a estimativa das diversas realizações possíveis e o valor da liberdade de realizar. O corolário do pensamento de Sen vem com a afirmação de que o verdadeiro conflito se situa entre diferentes tipos de liberdade, e não entre liberdade e privação . (Sen, 1992/2000).

Em resumo, são duas as grandes aquisições propiciadas pela construção teórica de Amartya Sen. Primeiro, ao operar uma distinção entre capacidades e utilidades, com a focalização na capacidade de realizar os funcionamentos escolhidos pelos próprios indivíduos em sua diversidade, sua abordagem difere muito sensivelmente das abordagens mais tradicionais da igualdade, que se concentram sobre variáveis específicas, como a renda principalmente. Segundo, em sua teoria o desenvolvimento pode ser 'aproximativamente' mensurado, já que algumas das capacidades fundamentais dos seres humanos podem ser medidas e comparadas.

Um ponto nebuloso da teoria de Sen, contudo, diz respeito à mudança no desenvolvimento. Ao colocar a ênfase na expansão das liberdades, ele reconhece que há um conflito na organização destas liberdades, em sua desigual distribuição, mas parece haver aqui uma certa tautologia na cadeia explicativa. A expansão das liberdades é ao mesmo tempo um fim e um meio. Sendo assim, certas sociedades são pouco desenvolvidas porque nelas as liberdades são restritas e, inversamente, onde ocorre uma expansão das liberdades tem-se o desenvolvimento. Um exemplo pode ajudar a compreender melhor como isto acontece na teoria de Sen. Apoiado em Smith, ele mostra como o mercado – não raramente exorcizado e entendido somente como reforçador de desigualdades - pode ser algo progressista, por exemplo nas situações em que o simples acesso de determinadas parcelas da população à possibilidade da livre concorrência contraria segmentos poderosos que se beneficiam das relações de tutela e clientelismo. Mas em *Poverty and famines*, onde introduz o conceito de “entitlement” (habilitação), Sen demonstra com clareza que o problema da fome epidêmica que ocorre em vastas áreas do mundo, num outro exemplo, não encontra solução simples no aumento da oferta, ou em simples mecanismos de mercado. Isso porque, para participar da distribuição da renda, é necessário estar habilitado por título de propriedade ou por inserção qualificada no sistema produtivo. Ora, há sociedades em que esse processo de habilitação está bloqueado: é o que se passa com as populações rurais sem acesso à terra, com populações a quem é negado o acesso a escolarização, ou com populações que com um mesmo grau de escolarização experimentam tipos distintos de experiência escolar. Logo, há um componente de conflito que não se esvai por simples e quase automática expansão de liberdades e que remete mesmo à necessidade de uma explicação para como se dá a mudança. É verdade que Sen reconhece textualmente haver conflito em torno das privações e liberdades dos indivíduos, mas é verdade também que seu modelo não fornece elementos para explicar porque em certos lugares o processo de expansão das liberdades ocorre, e porque em outros ele permanece bloqueado. Não é que em sua teoria o conflito não está presente: ele aparece na distribuição das capacidades e nas diferentes liberdades. A distribuição desigual destas prerrogativas é a um só tempo condicionante e condicionado da expansão das liberdades. O problema é que a mudança, em Sen, ou é puramente incremental, ou se dá por variáveis exógenas ao modelo.

Um diálogo entre Sen e North mostrar uma compatibilidade em pelo menos dois aspectos. Primeiro, quando ambos falam, um em expansão das liberdades, e outro em convergência das

taxas privadas e sociais de retorno. A criação e, principalmente, a sustentação de um crescimento duradouro (em North) ou da expansão das liberdades individuais (em Sen), é um processo que dependeria desta não dissociação entre os ganhos individuais e os benefícios sociais advindos desta expansão. Nos dois há, contudo, uma lacuna, e este é o segundo aspecto similar: como se explica a mudança ? Em North ela também é incremental ou exógena ao modelo. Em Sen o conflito aparece na distribuição das capacidades e nas diferentes liberdades: a distribuição desigual destas prerrogativas são a um só tempo condicionante e condicionado da expansão das liberdades. Não haveria incompatibilidade lógica em dizer que a expansão ou não das liberdades depende das instituições que operam em cada realidade específica, mas volta aqui o problema da determinação das instituições, como destacado no tópico anterior. No limite a explicação é tautológica. Daí a necessidade de uma ponte com as estruturas sociais do desenvolvimento.

O quadro 3, a seguir, mostra como as novas abordagens em economia, aqui destacadas estão mais próximas dos trabalhos de sociologia econômica apresentados do que elas mesmo proclamam. As principais diferenças se dão, como se pode observar, entre tradições distintas dentro das mesmas disciplinas: a *rational choice theory*, por exemplo, é abertamente conflitante com a sociologia histórica e cultural, e tremendamente próxima da escola neoclássica da economia; em Sen e North a consideração das instituições e das estruturas sociais os aproxima mais da obra de Bourdieu, e sobretudo de Weber, para citar alguém da “velha sociologia econômica” que do *mainstream* do pensamento econômico. E a obra de Granovetter, finalmente, não é incompatível com demais linhas, mas tem seu alcance limitado a uma espécie de sociografia, ao não incorporar no modelo determinações históricas e estruturais.

Como se vê, nas abordagens recentes, apesar da retórica em contrário, longe de aprofundarem diferenciações tem-se, na verdade, elementos que permitem uma reaproximação no sentido de uma ciência social unificada. A diferença fundamental entre a sociologia e o *mainstream* da economia está no fato de que, para o segundo, trata-se de um jogo que resulta em equilíbrio, enquanto para o sociólogo trata-se de interrogar as estruturas sociais subjacentes a este jogo. Para a economia institucional de North, por sua vez, trata-se de descobrir as regras do jogo. O jogo, as regras do jogo e o jogo das regras. Ninguém nega que há jogo, jogadores e regras. A questão é: que perguntas, que instâncias empíricas precisam ser mobilizadas para estas perguntas, qual é a teoria social que dá suporte às articulações entre estas instâncias empíricas e os sistemas teóricos correspondentes ?

Quadro 3
Abordagens recentes em sociologia e economia

	Economia neoclássica	<i>Rational choice</i>	Nova Economia Institucional	Desenvolvimento como liberdade	Sociologia das redes	Sociologia histórica e cultural
Concepção de homem	<i>Homo oeconomicus</i>	<i>Homo oeconomicus</i>	Individualismo + abordagem histórica	Individualismo + instituições e estruturas sociais	<i>Homo sociologicus</i>	<i>Homo sociologicus</i>
Estruturas sociais	<i>Ceteris paribus</i>	-	Diluídas na ideologia, como modelos mentais partilhados	Manifestas em desigualdade e nos pressupostos normativos de uma filosofia moral	Morfologia das redes	Campo e distribuição desigual de diferentes formas de capital
Mudança	-	-	Incremental ou exógena ao modelo	Incremental (expansão das liberdades como fim e como meio)	-	Endógena ou exógena ao campo

Embora a ponte seja possível, não tem sido, no entanto, este o caminho privilegiado. Quando a economia institucional se depara com as falhas de informação, o diálogo vai se estabelecer com as ciências da cognição e não com as estruturas sociais, com a sociologia. Isto se deve entre outras coisas à conformação do campo acadêmico americano, onde a interlocução se dá sobretudo com a antropologia e a psicologia, e ao fato de que, lá, a sociologia econômica se desenvolve inicialmente nas escolas de administração. Por isso o horizonte desta corrente teórica parece ser, de fato, o individualismo metodológico: trata-se da economia *per se*, enquanto na sociologia econômica ela é objeto, parte do mundo social. Não são a toa as incursões atuais de Douglass North nos domínios das crenças e das estruturas mentais responsáveis pelo pensamento e aprendizagem. Mas isto faz lembrar o período de institucionalização das disciplinas das ciências sociais e seu diálogo com a psicologia, algo muito presente nos textos de Lévi-Strauss ou Marcel Mauss de meados do século passado. Uma situação que, enfim, remete ao velho problema da taxonomia das disciplinas.

A idéia de imperialismo disciplinar ou científico é muito utilizada para criticar a colonização das idéias econômicas no domínio de outras ciências sociais. Mas para Zafirovsky

(1999), a sociologia é menos imperialista do que a economia somente porque é menos valorizada socialmente. No início do século passado esta hierarquia não era assim tão marcada. Nos austríacos e em Weber a economia é classificada como ramo mais desenvolvido da sociologia. Em Parsons a teoria econômica é vista como teoria do sistema social situado em um quadro de referências específico: a economia é um sub-sistema do mundo social passível de conhecimento por uma teoria específica. E mesmo em Schumpeter a economia aparece subordinada à sociologia. Já nos tempos atuais, as relações entre economia e sociologia podem ser classificadas em pelo menos quatro situações ou abordagens (Zafirovsky, 1999): a) o imperialismo econômico, representado sobretudo pela escola neoclássica em suas variantes; b) a escolha racional, com a exacerbação da lógica instrumental da ação racional ideal-típica da economia para os demais domínios da vida social; c) a nova economia política; d) variantes da socioeconomia, com uma dupla filiação, à economia e à sociologia, algo à maneira de Weber e incluindo portanto a sociologia econômica. Nota-se que, enquanto Granovetter e Bourdieu buscam marcar as diferenças com a ciência econômica e com o individualismo metodológico em particular, e enquanto Sen e North trazem uma aproximação respectivamente com a filosofia moral e a história, Zafirovsky e Swedberg procuram reconstituir os fios e os pontos de diálogo entre sociologia e economia.

Como deve ter ficado claro, estes pontos de contato existem, tanto nos clássicos como nas obras mais recentes. De resto, a própria distinção trazida com o adjetivo “nova” à sociologia econômica só se sustenta se o ponto de comparação for o período imediatamente anterior, mas não se a referência for o pensamento clássico. A obra de Weber e a maneira como ele trata sociologicamente de temas como o mercado, ou o interesse é a prova de que, apesar dos movimentos exigidos ou favorecidos pela inevitável e até certo ponto positiva especialização disciplinar do último século, as estruturas sociais e a economia nunca foram domínios autônomos do mundo social, nem assim foram tratadas pela maior parte dos mais destacados teóricos nas duas tradições.

2. Pontos de diálogo

Não há dúvida que a vigorosa retomada da sociologia econômica no período mais recente vem credenciando este ramo a fazer as pontes entre as tradições econômica e sociológica. As

publicações especializadas, as reuniões científicas, e mesmo alguns programas de pesquisa interdisciplinares têm se convertido em espaços onde as aproximações vão sendo exercitadas, ampliando os intercâmbios e as bases cognitivas a partir dos quais as duas disciplinas podem estabelecer progressos e colaborações. Mas é certo também, e isso deve ter ficado claro no tópico anterior, que os desenvolvimentos recentes em ambas as disciplinas poderiam ser melhor aproveitados. Nas páginas a seguir são apresentados dois casos exemplares de como isto pode ser alcançado, seja através de construções institucionais, em programas de pesquisa coletivos capazes de reunir as diferentes especialidades, seja através de esforços individuais, o que é igualmente possível, embora bem mais difícil por exigir o domínio de competências particulares raramente oferecidas na formação ordinária dos quadros intelectuais nas escolas de sociologia ou de economia de hoje.

- ***Etnografia e econometria: uma cooperação empírica***

O ataque proclamado pela Nova Sociologia Econômica aos objetos tidos como de privilégio das ciências econômicas pode dar a impressão de um movimento muito mais marcado pela disputa da primazia sobre estas unidades empíricas onde, no fundo, está em jogo saber quem está autorizado ou mais bem posicionado para falar sobre esta esfera do mundo social. Nas palavras de Gramain & Weber (2001: 127-128), esta “guerra de fronteiras”, apoiada em “querelas de método” muitas vezes interdita a possibilidade de se estudar um mesmo fenômeno com os postulados e os métodos e instrumentos distintos de cada disciplina. Ainda segundo as mesmas autoras, seria preciso admitir que as disciplinas não se definem por seu território, mas pelas questões que elas colocam e pelas ferramentas conceituais de que dispõem, que a especialização não significa necessariamente desconhecimento recíproco, e que a crítica exterior pode ser estimulante.

Neste artigo, Agnès Gramain e Florence Weber relatam uma pesquisa pluridisciplinar sobre economia doméstica, financiada pelo Ministério da Educação francês como exemplo de possibilidade de colaboração empírica entre sociologia e economia. O ponto-de-partida foi dado pela confrontação entre duas pesquisas autônomas, conduzidas por um etnógrafo e um economista especializado em métodos quantitativos, de onde emergiu uma questão comum e a formulação de um conjunto de hipóteses a serem testadas. No momento seguinte, foram

mapeadas as incompatibilidades teóricas nas duas especialidades e as complementaridades metodológicas das duas abordagens respectivas. No terceiro momento, por fim, foram definidas ferramentas de análise e uma divisão de trabalho compreendendo várias etapas, sempre marcadas por movimentos de vai-e-volta entre universo empírico e teoria, conceituação sociológica de observações etnográficas e estimação estatística de modelizações econômicas. Numa primeira etapa, indutiva, tratou-se de estudar, por meio de monografias, como os grupos domésticos reagem face à aparição da dependência de um de seus membros (nascimento de uma criança, entrada em dependência de uma pessoa idosa, etc). O caráter parcelar e rudimentar dos conhecimentos disponíveis sobre os comportamentos individuais tornou esta primeira fase necessária para poder alimentar a modelização teórica e se impor como condição para uma coleta de dados estatísticos pertinentes (como tomar o conjunto de indivíduos em questão, quais categorias utilizar para descrever sua situação, com que marcadores objetivos pode-se caracterizar o papel de diferentes indivíduos, etc). A modelização constituiu a segunda etapa do trabalho. Foram adaptados os modelos microeconômicos de referência ao caso particular das decisões coletivas, tendo por base os principais resultados das monografias. Finalmente, a última etapa, econométrica, envolveu um retorno ao empírico. Os modelos teóricos foram traduzidos em modelos testáveis e confrontados com dados, estatísticos, afim de avaliar sua pertinência. Isto permitiu construir ferramentas de previsão e simulação. Ao fim destas três etapas a análise dos resultados econométricos obtidos permitia um retorno ao campo: se os métodos estatísticos permitem pôr em evidência comportamentos típicos, eles fazem também aparecer “pontos dissonantes”, “casos”. Um estudo monográfico deste caso pode permitir melhor compreender em que ele se distingue da norma e de tomar novos elementos, tornados invisíveis até aí, que permitam restituir a coerência dos comportamentos e melhorar a modelização, iniciando assim um novo percurso indução-modelização-estimação.

Esta breve descrição mostra claramente que a metodologia preconizada não se baseou em novos métodos de investigação, mas sim na articulação, em torno de um mesmo problema, de métodos os mais clássicos de cada disciplina (observação etnográfica, formalização microeconômica, estimação econométrica). Esta articulação e estes métodos se impuseram pela natureza das hipóteses de pesquisa e das ferramentas de análise. Ela foi possível, no exemplo apresentado, graças à viabilização de condições para que as diferentes especializações pudessem ser combinadas, e também graças à abertura dos pesquisadores para talhar hipóteses comuns a

serem testadas a partir de um diálogo efetivo entre complementaridades de ferramentas analíticas e de procedimentos de coleta de dados.

Este exemplo diz pouco sobre a maneira como as estruturas sociais e a história podem ser tratadas numa abordagem colaborativa, mas é importante para ilustrar outro dos destaques da primeira parte deste artigo: como, mesmo partindo de concepções de homem distintas, é possível estabelecer um enfoque combinado e complementar. Para isso bastou, como sugere Max Weber, tomar o comportamento do indivíduo não como pressuposto, mas como uma variável. É esta checagem das categorias de apreensão do objeto frente às realidades encarnadas que elas pretendem explicar o que permitiu as aproximações sucessivas entre os aparatos da ciência econômica e da sociologia.

- ***Estruturas sociais e instituições: para além do cognitivismo***

A relação entre economia, estruturas sociais e história é o ponto forte da segunda situação exemplar e diz respeito à necessidade de um tratamento do tema das instituições que permita incorporar efetivamente as estruturas sociais, indo assim além do cognitivismo. Para isso Swedberg fala de instituições num sentido diferente de 'regras do jogo', a concepção mais usual. Ele as define como distintas configurações de interesses e relações sociais. Granovetter por sua vez fala em instituições como elementos sedimentados que orientam o comportamento dos indivíduos. As duas formulações trazem em si uma vinculação entre instituições e estruturas sociais. Isto pode ficar mais claro a partir de alguns exemplos. No caso das microfinanças, o sistema de lealdades e confianças pode perfeitamente ficar no horizonte do individualismo metodológico. O que faria uma diferença qualitativa seria constatar que estas relações de confiança não se dão entre indivíduos livres, mas sim que se apóiam em estruturas e grupos sociais. Outro exemplo é o caso do mercado de vinho na França. Ali é clara a construção social de instituições e sua influência nos mercados. A relação entre grupos leva à constituição de marcas, à disputa por regras de regulamentação, e finalmente à segmentação de mercados. Neste caso, trata-se de ação ou de estruturas? Bourdieu, e também Weber, diriam que é preciso compreender as articulações entre os dois. Mercados não são apenas local de troca, mas também de competição (Bourdieu, 2000; Weber, 1998).

Além da gênese histórica e sociológica das instituições que balizam o comportamento econômico dos agentes, outro terreno profícuo de diálogo é aquele representado pela análise das determinações sociais do que a Nova Economia Institucional chama por 'dependência de percurso' (*path dependence*) e que, nesta tradição teórica, assume sobretudo a forma de um processo cognitivo de resistência à mudança. Sob o ângulo empírico, vários exemplos mostrariam como não se trata de mero problema de ordem discursiva. Um exemplo agora um pouco mais logo ajuda a ver como isso se materializa num caso concreto.

As políticas para o espaço rural não têm sido formuladas como políticas de desenvolvimento, mas sim como políticas de combate à pobreza. E mesmo nesse intuito, em si restritivo, a eficácia tem sido baixa. A experiência de quase uma década das políticas para o rural brasileiro e o processo recente de elaboração de propostas para o desenvolvimento rural e a produção agropecuária na Argentina mostram porque isto acontece. No caso brasileiro, o lugar institucional do principal programa de desenvolvimento rural – o Pronaf – sempre esteve vinculado às rubricas orçamentárias e aos fluxos na hierarquia administrativa federal relativos aos programas de combate à pobreza. Com isso, o Pronaf nunca foi alçado à categoria de política permanente, nem nunca dispôs de uma maior articulação com outras políticas estruturais do governo federal. As regras de acesso a algumas das linhas deste programa também são claros indicativos do foco no combate à pobreza: de 1996 a 2000 os municípios beneficiados eram escolhidos tendo por base o baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano como critério; a partir de 2001 o programa passa a apoiar projetos de caráter intermunicipal, agora escolhidos a partir de processo seletivo. Porém, na seleção dos projetos, pesa também o fato de se tratar ou não de projeto originário dos territórios considerados como prioritários pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que são, por sua vez, escolhidos a partir de uma combinação de critérios que envolve a presença de agricultores familiares e assentados da reforma agrária e, novamente, a presença de baixo IDH. Em nenhum dos dois períodos, portanto, os investimentos na agricultura familiar e no desenvolvimento rural estiveram articulados estrategicamente a ações voltadas para a dinamização das economias rurais. Já no recente caso argentino as articulações entre pobreza, desigualdade e desenvolvimento são de outra ordem. O documento síntese apresentado no *Taller Propuestas para el Desarrollo Rural y la Produccion Agropecuaria* - realizado em 2004 com o objetivo de definir diretrizes para os temas anunciados no título do evento -, parte do equivocado diagnóstico de que aquilo que caracteriza as áreas rurais é a fragilidade dos seus mercados locais.

Disto decorre que a única possibilidade de seu desenvolvimento passa pela conexão a mercados dinâmicos, o que acontece através de inovações na produção local e da criação de instituições que permitam tanto estabelecer estas relações virtuosas com o espaço extra-local como fazer com que os ganhos daí advindos possam beneficiar os mais pobres. Embora aqui a dinamização das economias locais apareça como uma condição e um meio para o desenvolvimento destes territórios, a sua assimilação a situações marcadas pela pobreza e por mercados locais frágeis acaba pondo ênfase em demasia nas articulações extra-locais em detrimento da dimensão intra-territorial. Se é verdade que certas regiões rurais poderão alcançar o caminho da dinamização através da especialização produtiva combinada à exploração de segmentos de mercado dinâmicos, também é preciso reconhecer que os casos explorados pela literatura disponível enfatizam não ser esta a tendência nos países do capitalismo avançado. O que a evolução e o estado recente desta mesma literatura sugere é que, em primeiro lugar, o desenvolvimento dos territórios é o resultado de determinadas formas de coordenação capazes de fazer convergir os benefícios privados e sociais, seja nas formas de organizar a produção e a distribuição de bens individuais, seja nas formas de garantir que os rendimentos provenientes sejam revertidos de maneira a razoavelmente repartir os benefícios; e em segundo lugar, sugere também que as formações sociais marcadas por uma maior desconcentração da posse dos diferentes recursos (materiais, simbólicos e cognitivos) e de uma maior diversificação de seu tecido social são aquelas que mais favorecem a formação deste tipo de instituição, em oposição àquelas estruturas sociais mais especializadas, rígidas e concentradas. Esta é a vinculação do desenvolvimento às estruturas locais e às instituições que a concepção apoiada no trinômio pobreza, instituições, mercados externos não opera.

O que os exemplos brasileiro e argentino demonstram, no fundo, é que há uma associação nos quadros de referência de cientistas, da burocracia governamental, das elites, entre a idéia de que o desenvolvimento é um atributo do urbano e a decorrente associação do rural à pobreza. Numa espécie de versão da profecia que se cumpre por si mesma, esta visão influencia a formação de um campo de questões que se tornam legítimas ou ilegítimas. A própria diminuição de prestígio da sociologia e da economia rural perante outros ramos destas disciplinas é um sintoma disso. A forma como estão organizados os recortes estatísticos de definição do rural um outro. A evolução dos debates sobre desenvolvimento um terceiro. Esta dinâmica não é, contudo, autônoma: a crítica às origens agrárias como uma das raízes dos males das ex-colônias, a ideologia do

progresso, a rápida industrialização de países como os tomados como exemplo, a constituição de portadores destes diagnósticos e dos processos sociais que lhes consubstanciam são fatores que se combinaram para criar uma *illusio*, no sentido dado por Bourdieu (2001): uma adesão imediata à necessidade de um campo, no caso de vários campos para os quais a idéia de urbanização crescente e irreversível é a *doxa* fundamental; ela é, nas palavras do sociólogo francês, a condição indiscutida da discussão, é aquela que, a título de crença fundamental é posta ao abrigo da própria discussão. Sempre segundo Bourdieu, a *illusio* não é da ordem dos princípios explícitos, de teses que se debate e se defende, mas sim da ação, da rotina, das coisas que se fazem. Isto está na raiz do que North (1990) chama de *path dependence*: a dinâmica impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as ações de indivíduos e organismos sociais uma vez que ela tenha sido adotada. North, quando fala desta dependência de caminho sublinha sobretudo o papel que a aprendizagem gerada por dinâmicas de longo prazo tem no caráter incremental da mudança ou, inversamente, da manutenção desse sentido inicialmente dado. Bourdieu, de uma outra forma, fala do mesmo processo social, mas reforçando a dinâmica conflitiva entre os agentes de um campo. Em suma um dos principais dilemas da ação do estado nas suas tentativas de promover o desenvolvimento rural é esse lugar institucional da idéia de rural, de ruralidade, determinado tanto pela *illusio* no destino urbano do progresso social como pela *dependência de caminho* que ela gera nas ações de indivíduos e organizações. O caráter tido como residual do rural e sua associação automática à idéia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, o que contribui para gerar um ciclo onde esta posição marginal é sempre reforçada, seja simbolicamente, seja materialmente. Neste exemplo sobre a abordagem territorial do desenvolvimento fica claro como a influência das estruturas sociais para as instituições vai bem além de sua manifestação sob a forma dos modelos mentais partilhados.

Conclusões

A pergunta que deu origem a este artigo interrogava a possibilidade de estar ou não havendo uma convergência entre as abordagens recentes em economia e em sociologia. A hipótese apresentada trazia uma resposta positiva a esta indagação e situava nos componentes

sociológicos da prática científica, e não nos componentes epistemológicos, a principal barreira para que as trocas e complementaridades entre as duas disciplinas fossem ainda maiores, mais estreitas.

A exposição das duas partes principais deste artigo deve ter deixado claro que há um enorme campo de confluência nas abordagens apresentadas. É o caso sobretudo do recurso à história e às estruturas sociais como instâncias fundamentais a serem mobilizadas para dar corpo aos postulados destas teorias ou para preencher lacunas nos modelos explicativos, como se tentou demonstrar no balanço feito no primeiro item. Mas deve ter ficado claro também que estas convergências se dão sobretudo no plano dos marcos ontológicos e epistemológicos de tais teorias. Os discursos e práticas científicas têm, não obstante, assinalado sobretudo os distanciamentos. É o que faz North em seu privilégio de diálogo com o cognitivismo e não com a sociologia. O mesmo vale para Sen e os conteúdos de filosofia moral de seu pensamento. Ou ainda para Bourdieu e seu questionamento, *a fortiori*, do estatuto científico da economia. Sem deixar de lado as diferenças e as afinidades eletivas existentes em cada um destes autores, o fato é que é preciso, no mínimo, entendê-los também como agentes sociais, como *homo academicus*, suscetíveis às injunções de seu campo, para mais uma vez utilizar a expressão do sociólogo francês. É neste terreno conflituoso, a um só tempo marcado por possibilidades epistemológicas e constrangimentos sociológicos que se movem as convergências e as divergências entre as abordagens recentes das duas mais importantes disciplinas das ciências sociais.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo (2004). “Entre Deus e o diabo – mercados e interação humana nas ciências sociais”. **Revista Tempo Social**, Vol. 16, n. 2, Novembro de 2004, pp.35-64.

AMABLE, Bruno & PALOMBARINI, Stefano (2005). **L'économie politique n'est pas une science morale**. Paris: Raisons d'agir Ed.

BOURDIEU, Pierre (1994). **Raisons pratiques**. Paris: Ed. Seuil.

BOURDIEU, Pierre (1999). **Leçon sur la leçon**. Paris: Ed. Minuit

BOURDIEU, Pierre (2000). **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Ed. Seuil.

BOURDIEU, Pierre (2005). **Esboço de auto-análise**. Paris: Ed. Seuil.

BOYER, Robert (2003). “L'anthropologie économique de Pierre Bourdieu”. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, n. 150, Décembre 2003.

CAILLË, Alain (2000). **L'anthropologie du don**. Paris: Desclée de Brouwer.

CALLON, Michel (1998). **The laws of the markets**. Blackwell.

DUMONT, Louis (2000). **Homo aequalis – gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru: Edusc.

FLIGSTEIN, Neil (2001). **The architecture of markets – an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies**. Princeton: Princeton University Press.

GARCIA-PARPET, Marie France (1986/2004). “A construção social de um mercado perfeito – o mercado computadorizado de Fontaines-en-Sologne”. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, N. 20, Abril 2003. CPDA/UFRRJ-Mauad Ed.

GARCIA-PARPET, Marie France (2004). “Mundialização dos mercados e padrões de qualidade: vinho, o modelo francês em questão”. **Revista Tempo Social**, Vol. 16, n. 2, Novembro de 2004, pp.129-150.

GRAMAIN, Agnès & WEBER, Florence (2001). “Ethnographie et économétrie – pour une coopération empirique”. **Genèses** n. 44, September, 2001. pp.127-144.

GRANOVETTER, Mark (1985). “Economic action and social structure – the problem of embeddedness”. **American Journal of Sociology**, Vol. 91, N. 3, November 1985. pp.481-510.

GRANOVETTER, Mark (2001). A theoretical agenda for economic sociology. In: GUILLEN, Mauro F. et al. (ed.). **Economic sociology at the Millenium**. New York: Russell Sage Foudation.

- LEBARON, Frédéric (2001). **La croyance économique – les économistes, entre science et politique**. Paris: Ed. Seuil.
- LEVINE, Donald (1995/1997). **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- LÉVESQUE, B., BOURGES, G., FORGUES, E. (2001). **La nouvelle sociologie économique**. Paris: Desclée de Brouwer.
- NORTH, Douglass (1981). **Structure and change in economic history**. N. York/London: W.W.Norton & Company.
- NORTH, Douglass (1990). **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press.
- SAINT-UPÉRY, Marc (1999). Amartya Sen ou l'économie comme science morale. In: SEN, Amartya (1999). **L'économie est une science morale**. Paris: La Découverte
- SEN, Amartya (1987/1999). **Sobre ética e economia**. São Paulo: Cia. das Letras.
- SEN, Amartya (1998). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras.
- SEN, Amartya (1992). **Répenser l'inégalité**. Paris: Ed. Seuil.
- SEN, Amartya (1999). **L'économie est une science morale**. Paris: La Découverte
- SMELSER, Neil J. & SWEDBERG, Richard Eds. (1994). **The handbook of economic sociology**. Princeton/New York: Princeton University Press & Russell Sage Foundation.
- SWEDBERG, Richard (2003). **Principles of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press.
- SWEDBERG, Richard (2004). **Max Weber e a idéia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. UFRJ/Beca Ed.
- WACQUANT, Loic J.D & CALHOUN, Craig J. (1989). "Intérêt, rationalité et culture – a propos d'un récent débat sur la théorie de l'action". In: **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, n. 78. juin 1989, pages 41-60.
- WEBER, Max (1972/2000). **Economia e sociedade**. 2 Vols. Brasília: Ed. UnB. 3^a. ed.
- WEBER, Max (1989). Algumas categorias básicas da sociologia compreensiva. In: WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Campinas: Ed. Unicamp.
- ZAFIROWSKY, Milan (1999). "Economic sociology in retrospect and prospect – in search of its identity within economics and sociology". **American Journal of Economics and Sociology**, Vol. 58, n. 4, October, 1999.